

## **NOVA ALIANÇA CONTRA A POBREZA - GRANDES PROJECTOS - TERRA - PRODUÇÃO ALIMENTAR - PEQUENOS PRODUTORES - ESTADO**

**João Mosca**

Tem havido várias iniciativas de elaboração de programas de desenvolvimento agrário, a nível internacional e nacional. São exemplos, o New Partnership for Africa's Development (NEPAD), a Revolução Verde Africana (RVA), o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) o Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA) e, recentemente, no âmbito do G8, a Nova Aliança contra a Pobreza.

A pobreza não é recente, embora, nos últimos anos, tenha aumentado, sobretudo em alguns países menos desenvolvidos. Diversas razões/motivações explicam as grandes preocupações internacionais sobre a pobreza, particularmente em África. Enumeram-se alguns:

- As novas grandes economias (China, Índia e Brasil), consomem muitos recursos naturais (petróleo, gás, carvão e outros minerais, madeira, etc.) e estes existem em grande medida no continente africano.
- A exploração de recursos naturais está provocando o crescimento de resistências sociais e da fome, resultantes de modelos de implantação dos grandes investimentos. A instabilidade política e social não convém às multinacionais e países interessados nesses recursos, sobretudo os que não são de exploração off shore.
- A FAO indica cenários a longo prazo de escassez de alimentos e consequente alta de preços. Existe ainda possibilidade da futura escassez de terra e água no planeta, devido ao aumento demográfico e usos não sustentáveis destes recursos. Por isso, surgem investimentos de elevado valor para a produção de bens agrícolas para exportação, tanto de bens alimentares como matérias-primas. Considera-se que África tem muita terra desaproveitada. Há bons solos e mão-de-obra barata. Porém, não se equaciona que não há terra sem dono.
- Para os países desenvolvidos, é mais barato produzir em África, mantendo a especialização produtiva nos sectores de alta tecnologia e produtividade, factores que lhes garantem a competitividade num mundo crescentemente globalizado. É a velha máxima de Adam Smith que preconizava a produção de trigo nas colónias, reservando a Inglaterra para a especialização produtiva industrial.
- Moçambique surge como um país que possui reservas de alguns desses recursos estratégicos. Elevados investimentos estão sendo realizados com o duplo objectivo de extracção de recursos naturais e de produção de bens agrícolas e florestais, principalmente para exportação.

Da implementação desses grandes investimentos pode-se constatar:

- Grandes dificuldades de articulação com as comunidades, provocando descontentamentos e manifestações reivindicativas e de conflito.
- Reassentamentos para zonas menos propícias à produção agrícola, provocando maior insegurança alimentar. Acrescenta-se que os reassentamentos são realizados em zonas longe dos serviços e mercados, com menores oportunidades de negócios, comunicações difíceis, entre outros aspectos. As indemnizações são estipuladas sem critérios nem valorização dos custos, tangíveis e não tangíveis da deslocação. As promessas informais de indemnização não são cumpridas (não há promessas formalizadas).
- O governo assume muitas vezes o papel de Pilatos (neutral ou de “lavar de mãos”, “se assumir algum posicionamento e/ou decisão), entre as populações e as multinacionais ou, quando assume algum posicionamento, inclui intervenções policiais violentas.
- Os investimentos agrários priorizam a produção de bens exportáveis, prevendo a imigração de agricultores de outros países e a ocupação das terras mais férteis, infra-estruturadas e mais próximas dos mercados e das vias de comunicação (são os chamados corredores).
- Existência de feitos ambientais negativos ainda não suficientemente estudados e documentados, mas que já são perceptíveis
- Efeitos negativos sobre a saúde pública, que podem ser acumulativos a médio e longo prazo.
- A exploração de espécies florestais nativas de alto valor é motivo de grandes especulações extraindo-se volumes acima da capacidade de regeneração da floresta, devido à deficiente fiscalização do Estado e corrupção.
- Não formação de clusters (agregados empresariais constituindo-se redes com benefícios de economias de escala e redução de custos de transacção), em redor dos grandes projectos por debilidades do tecido económico local e ausência de políticas de incentivo às pequenas e médias empresas locais.
- Pouca transparência sobre os contractos.
- Inflação local cujos principais afectados são os grupos sociais de menor rendimento.
- Imigração para as zonas de implementação dos investimentos onde as expectativas de emprego são superiores à procura de trabalho, gerando mais desemprego local e problemas sociais.

Como aspectos positivos geralmente anunciados, destacam-se:

- 1) A entrada de capitais que equilibram a balança de pagamentos;
- 2) Algumas receitas do Estado, embora muito inferiores às que seriam possíveis, devido aos enormes benefícios fiscais;

- 3) A formação de moçambicanos no quadro da minimização dos custos das respectivas empresas;
- 4) Alguma dinamização de actividades económicas, mesmo considerando que grande parte dos bens e serviços sejam fornecidos por importação e empresas de capital externo,
- 5) Criação de emprego, embora muito reduzido comparativamente com o volume do investimento e do fluxo imigratório sem emprego.

Prevê-se a entrada de médias e grandes empresas, de “empresários importados”, cuja produção é/será realizada com tecnologia intensiva em capital e importação de insumos em larga escala, pois não se produzem e não estão previstos investimentos para a sua produção no país e possível exclusão dos pequenos produtores.

Perante a verificação destas possibilidades com existência de casos concretos, manifestam-se as preocupações seguintes:

- A necessidade de em todos os processos de concessão de terra a grandes projectos de investimento, agrícolas e outros, se respeitar a Lei de Terras, se proteger os direitos consuetudinários das comunidades e das famílias (os verdadeiros “donos” das terras), e garantir que as indemnizações sejam avaliadas segundo o mercado e não de forma administrativa.
- A necessidade dos pequenos produtores não serem excluídos dos grandes investimentos agrícolas e florestais, sendo para tal necessário encontrar formas de integração económica entre as médias e grandes empresas com os produtores locais.
- A importância da produção alimentar não ser secundarizada e existirem projectos de produção e segurança alimentar associados aos investimentos em outros sectores.
- A introdução de tecnologias agrícolas importadas deve respeitar os trâmites de registo, experimentação e adaptação às condições produtivas locais, às condições reais económicas e culturais de adopção por parte dos produtores.
- O Governo deve garantir a transparência e a defesa dos interesses nacionais na negociação dos contractos de concessão de terras no âmbito dos grandes projectos de investimento.
- O Estado tem de exercer com transparência a função de fiscalização das actividades produtivas, nacionais e estrangeiras, e disponibilizar os contratos salvaguardando apenas o que se designa por segredo empresarial e de interesse nacional, sem que estes conceitos sejam abusivamente utilizados.
- O Estado deve assegurar assistência jurídica independente às comunidades durante as negociações e quando existam situações de conflito.

- Para que a Nova Aliança Contra a Pobreza não seja mais um programa dos muitos que não tiveram êxitos significativos, sugere-se a necessidade de diálogo social, técnico e político entre os agentes promotores, a governação, a sociedade civil especializada nas áreas de conhecimento associadas às intervenções no meio rural e, sobretudo, com as comunidades directamente abrangidas. É função de um Estado defensor do seu povo, assegurar que as comunidades possuam informação, conhecimento e capacidade de negociação com os agentes económicos e outros, para a defesa dos seus direitos e interesses. Seria desejável que o Estado garanta, através de organizações ou grupos de técnicos independentes, a assessoria necessária para as comunidades poderem negociar com menos assimetria de conhecimento e informação.

A exploração de recursos – incluindo a terra e a água - pode ser uma bênção. Porém, existem, nesta fase inicial de implementação dos grandes investimentos, sinais evidentes de fortes riscos de se estar no caminho da maldição dos recursos.